

Espaços Públicos de Leitura: as Bibliotecas Escolares do Município de Codó/MA

Cristiane Dias¹

Resumo

Este artigo discute questões relacionadas ao mapeamento parcial das bibliotecas escolares do município de Codó/Maranhão. O objetivo deste estudo foi lançar luz sobre a existência e as condições das bibliotecas escolares, em uma perspectiva analítica e crítica, problematizando o acesso aos livros do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o papel desses espaços na formação de leitores. O apoio teórico utilizado neste artigo ancora-se em pesquisadores do campo da leitura e nos estudos sobre bibliotecas públicas e escolares. Neste artigo, evidencia-se a inexistência das bibliotecas escolares e suas precariedades, quando existem. Os dados levantados e analisados ressaltam ainda a necessidade de mais acompanhamento desses espaços de leitura, além de maior apoio financeiro, concomitante ao aumento dos recursos humanos, o que possibilitaria, assim, oferecer, além do apoio à pesquisa escolar, atividades que proporcionem a formação de leitores.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; formação de leitores; PNBE.

¹ Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão, *campus* Codó.

Public Reading Spaces: the School Libraries of the Municipality of Codó/MA

Abstract

This article discusses issues related to the partial mapping of school libraries in the municipality of Codó / Maranhão. The objective of this study was to shed light on the existence and conditions of school libraries in an analytical and critical perspective, problematizing access to the National Library of the School (PNBE) books and the role of these spaces in the formation of readers. The theoretical support used in this article is anchored in researchers in the field of reading and in studies on public and school libraries. In this article, it is evident the inexistence of the school libraries and their precariousness, when they exist. The data collected and analyzed also highlight the need for more monitoring of these reading spaces, in addition to greater financial support, concomitant with the increase in human resources, which would allow, in addition to supporting school research, activities that provide training of readers.

Keywords: School library; development of readers; PNBE.

1 Espaços Públicos de Leitura: as bibliotecas escolares do município de Codó/MA

Consideramos, neste artigo, que o espaço público de leitura não funciona apenas como um lugar físico designado para essa função, mas como um espaço de *relação social* (BOURDIEU, 2007), capaz de conferir visibilidade ao mundo e aos seus personagens; como *campo de forças*, pelo qual e no qual os indivíduos se constituem em sujeitos, e o mundo, em significado; como *espaço simbólico*, em que agentes sociais, dotados dos mais diferentes recursos, e a partir dos mais diversos lugares, disputam a hegemonia dos movimentos intersubjetivos que dão ordem à desordem do mundo.

Nessa perspectiva, consideramos mais apropriado utilizar o termo “espaços públicos de leitura” no plural, ao nos referirmos às bibliotecas. É possível dizer ainda que a concepção de espaços públicos de leitura vem se modificando ao longo dos séculos, a partir das mudanças nas formas de interação social e mediações sócio-tecnológicas (CONCEIÇÃO, 2010).

Todavia, a forma como historicamente se construiu a ideia de biblioteca constitui-se numa tradição, numa herança cultural que, em parte, permanece até hoje acumulada

no imaginário de nossa civilização. O significado etimológico do termo *bibliotheke*² é o de “caixa para guardar livros”, e que, por extensão, passou a designar o local onde se guardariam os livros de forma organizada, permitindo e facilitando o trabalho de possíveis consulentes.

Ressalte-se que, na Antiguidade, as bibliotecas surgem da necessidade de o homem se reunir e conservar os conhecimentos de sua época, o que só foi possível a partir da invenção da escrita. Pode-se dizer que a história das bibliotecas acompanha a própria história da escrita³.

Uma característica que marca essas bibliotecas é o fato de não serem acessíveis ao público. O saber era considerado sagrado, e somente os sacerdotes tinham o domínio da leitura. O tipo de matéria utilizada na época eram tabletes de argila e rolos de papiro ou pergaminho. As primeiras bibliotecas das quais se têm informações são chamadas de “minerais”, pois seus acervos eram constituídos de tabletes de argila; depois, vieram as bibliotecas vegetais e animais, constituídas de rolos de papiros e pergaminhos. Essas são as bibliotecas dos babilônios, dos assírios, dos egípcios, dos persas e dos chineses (MARTINS, 1996). Com o advento do papel, fabricado pelos árabes, começam a se formar as bibliotecas de papel e, mais tarde, as de livros propriamente ditos.

Acredita-se que a biblioteca mais antiga seja a do rei Assurbanipal (século VII a. C.), cujo acervo era formado de placas de argila escritas em caracteres cuneiformes. Segundo Goulemot (2011, p. 27), as bibliotecas da Mesopotâmia Antiga obrigavam a vincular sua origem não à leitura, mas à escrita e, portanto, aos “livros”, placas de argila seca que serviam de suporte à escrita cuneiforme.

A biblioteca de Alexandria representa, seguramente, a primeira verdadeiramente pública. “Não porque ela o fosse realmente, no sentido que nossa época dá ao termo, mas porque nossa memória cultural o decidiu, e através de sua história incerta e vaga, até mesmo controversa, mitos e sonhos, regras de utilização e práticas de leitura se construíram e medos se confortaram” (GOULEMOT, 2011, p. 28). Vale considerar que, passados dez séculos de sua existência, a biblioteca de Alexandria deixou um rastro tão forte na memória dos homens que a sua lenda e o reconhecimento de sua importância como via de acesso à Antiguidade dominam toda a Idade Média e o Renascimento, persistindo até a modernidade.

Os anos se passaram e as bibliotecas pouco evoluíram do contexto antigo durante a Idade Média. De fato, as bibliotecas medievais são consideradas simples prolongamentos

2 Do grego “βιβλιοθηκη” /*bibliotheke*/. sf. ‘biblioteca’. Fonte: CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

3 Segundo Zats (1991), os sumérios escreviam em pranchas de argila úmida; mais tarde, utilizaram outros materiais, como pedra e metal. A descoberta do papiro levou os egípcios a simplificarem os sinais da sua escrita, pois era possível escrever muito mais rapidamente no papel do que na pedra. Há relatos de bibliotecas na Antiguidade que reuniam tábuas de argila, coleções de papiros e pergaminhos.

das bibliotecas antigas, tanto na composição quanto na organização, na natureza e no funcionamento; a diferença existe apenas na sua materialidade, como afirma Martins (1996):

Não se trata de dois “tipos” de biblioteca, mas de um mesmo tipo que sofreu modificações insignificantes decorrentes de pequenas divergências de organização social. Mais diferença existe, materialmente, na própria Antiguidade, entre as bibliotecas “minerais”, compostas de tabletes de argila, e as bibliotecas “vegetais” e “animais”, constituídas de rolos de papiro ou de pergaminho, do que entre estas últimas e os grandes depósitos de *volumen* da Idade Média; e, se variou, das mais remotas para as posteriores, a matéria de que os “livros” eram feitos, não variaram em nada o “funcionamento”, a natureza e as finalidades. (MARTINS, 1996, p. 71).

A biblioteca foi, desde o seu princípio até os fins da Idade Média, um depósito de livros, como seu nome indica etimologicamente⁴; em outros termos, mais um lugar onde se esconde o livro do que um lugar onde se procura socializá-lo. Notadamente, as bibliotecas gregas abrigavam coleções particulares, em sua maioria. Os antigos povos do Oriente, assírios e egípcios, parecem ter conhecido apenas as bibliotecas religiosas, cujos livros eram reservados a oficiais ou comentadores, quase funcionários.

Foi a partir do século XVI que as bibliotecas realmente se transformaram, tendo como característica a localização acessível, o caráter intelectual e civil, além de certa democratização da informação, que se tornou especializada em diferentes áreas do conhecimento (CHARITER, 1990). A biblioteca moderna foi considerada aquela direcionada principalmente para o uso do público. Não obstante, isso só ocorreu devido à difusão da imprensa, o que tornou possível a produção de livros em grandes quantidades e a preços considerados acessíveis.

Ao analisar esse período, Chartier (1990) ressalta que a questão da invenção da imprensa como anunciadora dos tempos modernos não é isenta de ambiguidade. De um lado, a invenção atribuída a Gutenberg constitui uma revolução, já que assegura a possibilidade de reprodução de numerosos exemplares e custo inferior; entretanto, o acesso ao livro é apenas parcial, já que deixa de fora elevado número de pessoas que não eram virtuosas da escrita.

Apesar desses desafios, o conceito de biblioteca como mero depósito de livros foi se perdendo e sendo substituído pelo dinamismo do tempo, pela socialização, pela especialização, pela democratização e pela laicização da cultura⁵. Inevitavelmente, para estender a todos os homens os benefícios do livro, foi preciso criar livros que servissem a todos, tendo sido necessária sua especialização, com vistas a atender aos interesses dos seus possíveis leitores (CHARITER, 1990).

4 Biblioteca s. f. 1. Conjunto ordenado de um número considerável de livros. 2. Edifício, sala ou salas, em que os livros são sistematicamente guardados e arrumados. 3. Coleção de obras sobre assuntos determinados. (ENCICLOPÉDIA BARSÁ UNIVERSAL, 2009, p. 868).

5 De acordo com Martins (1996), a história da biblioteca dos fins do século XVI foi marcada por quatro características principais: laicização, democratização, especialização e socialização

Essa via de socialização que pretendia satisfazer as necessidades do leitor ou de um grupo atravessa os séculos da modernidade e chega até a contemporaneidade, mantendo o dinamismo e os princípios da coletividade. Nessa perspectiva, o Congresso de Bibliotecários, promovido pela UNESCO⁶, em 1951, estabeleceu objetivos e necessidades para a criação de um espaço com o propósito de assegurar plenamente a educação popular, a fim de colocar a serviço de toda a coletividade, sem distinção de profissão, religião, raça ou classe, os conhecimentos humanos.

OBJETIVOS:

1 – Fornecer ao público informações, livros, material e facilidades diversas, em vista de melhor servir seus interesses e de satisfazer às suas necessidades intelectuais [...]

NECESSIDADES:

1 – Estudar todos os aspectos da coletividade que se refiram à atividade das bibliotecas, a fim de dar aos seus trabalhos uma orientação precisa e aproveitar plenamente as suas possibilidades [...] (MARTINS, 1996, p. 326-327).

Sabe-se pouco sobre a existência de bibliotecas, no Brasil, na primeira metade do século XVI. Os documentos são escassos; as pesquisas ainda não permitem afirmar que a demanda de livros nesse período era quase insignificante, e que aqueles que estavam em solo brasileiro eram indispensáveis aos padres e aos magistrados no exercício de suas funções.

A história das bibliotecas brasileiras, até o início do século XIX, pode ser resumida em três etapas sucessivas: bibliotecas dos conventos e particulares; fundação da Biblioteca Nacional; criação da Biblioteca Pública da Bahia. Segundo Suaiden (1980), a cronologia da criação das bibliotecas provinciais constitui um processo que tem início no século XIX e prossegue até a segunda metade do século XX.

Há certa dificuldade em se estabelecer uma cronologia única da criação das bibliotecas, devido à divergência de pontos de vista quanto ao critério da ordem pela construção, pela inauguração e/ou pela abertura ao público. Uma estatística mais apurada da realidade das bibliotecas públicas municipais tornou-se possível a partir da implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, em 1977, congregando as bibliotecas públicas estaduais e condicionando a criação de sistemas estaduais no país (RODRIGUEZ, 2012).

Conforme os resultados do Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais Brasileiras (2010), vários aspectos foram abordados, tais como: a existência de bibliotecas, o perfil e a qualificação do dirigente, as instalações e os equipamentos, o acervo e seu estado, os dias e períodos de funcionamento, o fluxo de usuários, o número e a qualificação dos funcionários, os serviços prestados ao usuário, entre outras características.

⁶ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, ou seja, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Considerando-se a diversidade por regiões, torna-se relevante levantar e discutir os dados históricos da região Nordeste, uma vez que o estado do Maranhão, que é o escopo desta análise, situa-se dentro dessa região. Contudo, faz-se necessário sublinhar que houve certa dificuldade no levantamento de dados históricos sobre o assunto, pois, como afirma Marinho (2008, p. 1), “até a independência política do Brasil, a província do Maranhão tinha um comércio de livros inteiramente nulo. Ter acesso a essas materialidades através de espaços públicos promotores de leitura significa imbricar num silêncio de leitura”.

Analisando a história das bibliotecas no Maranhão, por meio de registros documentais, percebe-se que, embora houvesse interesse nacional pelo funcionamento de lugares para a instrução pública, o desdobramento regional era comprometido pela disparidade entre a sociedade brasileira dominante e a dominada, pelo fato “impolítico e abominável” da escravidão, “escravidão moral que submete o homem aos outros homens” (SCHWARZ, 2012, p. 126).

Na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2011), considerada como o mais amplo levantamento realizado até hoje no país sobre hábitos, práticas e opiniões sobre a leitura, observa-se que a difícil trajetória de implantação da Biblioteca Pública do Maranhão pode ter sido um dos motivos para se justificar os baixos índices relacionados à leitura da população. Cabe ressaltar aqui que esse não é um problema somente do estado do Maranhão. Todavia, merece atenção os indicadores que refletem a situação da região Nordeste em relação às bibliotecas, como aqueles do Instituto Pró-livro⁷, que destaca:

Na região Nordeste, 19% da população entrevistada afirmam não existir biblioteca por perto, 12% não sabem se existe e 68% confirmam a existência de uma biblioteca em sua cidade, enquanto que, na região Sul, 13% da população entrevistada afirmam não existir biblioteca por perto, 9% não sabem se existe e 78% confirmam a existência de uma biblioteca em sua cidade (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008, p. 208).

Com efeito, os estados que apresentam mais problemas em relação à ausência de bibliotecas são os das regiões Norte e Nordeste que possuem, ainda, infraestrutura escolar precária, com unidades escolares que chegam a funcionar em construções sem energia elétrica e saneamento básico. Um dos estados com destaque negativo nesse aspecto é o Maranhão, que possui menos de 10% por cento das escolas públicas com bibliotecas – do total de 13.036 escolas públicas, somente 1.159 possuem bibliotecas, ou seja, apenas 8,9% (Censo 2010).

O município de Codó, *lócus* da pesquisa, que possui 225 escolas públicas – sendo 167 estabelecimentos rurais e 58 na zona urbana – não escapa dessa realidade. De acordo com o Censo 2010, apenas quatro escolas dentro dos 167 estabelecimentos

⁷ O Instituto Pró-Livro é uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) formada pelas principais entidades do livro no Brasil: Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e Associação Brasileira de Editores de Livros (ABRELIVROS).

rurais do município possuem bibliotecas, ou seja, apenas 2,39% das escolas rurais de Codó possuem esse espaço. Do total de 58 escolas públicas municipais da zona urbana, apenas nove possuem bibliotecas, o que equivale a 14,2% desses estabelecimentos com bibliotecas escolares, segundo o Mapeamento Educacional realizado pelo Projeto Letrar⁸ da Universidade Federal do Maranhão, campus de Codó. A situação apresenta uma melhora, se forem levados em conta os dados das escolas privadas, pois 50% delas possuem bibliotecas. Contudo, os estabelecimentos privados não chegam nem a 5% da rede municipal de ensino.

O Mapeamento Educacional de Codó foi realizado em todos os 58 estabelecimentos urbanos do município e em 37 escolas da zona rural, ou seja, 20% das escolas rurais⁹, no ano de 2016. Pode-se acrescentar que o trabalho de investigação realizado nas escolas nas bibliotecas e/ou nos espaços destinados à leitura procurou também conhecer e verificar as suas condições de existência e de funcionamento. No caso das escolas que não possuem um espaço reservado à leitura, foi averiguado o local em que se encontram os livros, levando-se em consideração que a distribuição de livros de literatura pelo Governo Federal, através do Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), sempre acontece, mesmo que a escola não possua local para essa finalidade.

Ressalte-se que as informações aqui apresentadas trazem apenas um retrato parcial das bibliotecas escolares do município de Codó, realizado através da aplicação de formulários entregues aos gestores(as) das escolas – uma vez que a maioria desses estabelecimentos não possui profissionais responsáveis pela biblioteca e/ou sala de leitura, chegando até mesmo a não possuírem esses espaços.

De fato, constatou-se, a partir dos dados levantados, que, dentre as escolas que possuem espaço destinado para a biblioteca, uma significativa parcela não está funcionando de forma organizada. Algumas, apesar de possuírem espaço próprio, não têm equipamentos, acervo e muito menos uma pessoa responsável pelo espaço para, efetivamente, constituir-se como biblioteca. Pôde-se observar in loco que parte considerável dos livros expostos e armazenados em várias escolas é didática, e que não está disposta de forma adequada.

8 O projeto “Letrar: letras e números” é coordenado pelos professores doutores Cristiane Dias Martins da Costa e José Carlos Aragão Silva, da Universidade Federal do Maranhão – *campus* Codó.

9 A aplicação dos questionários foi realizada pelos bolsistas que integram o “Projeto Letrar: letras e números”, da Universidade Federal do Maranhão, *campus* Codó

Figura 1 – Escola com biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Não obstante, em meio à precariedade das bibliotecas, foram localizadas, no município de Codó, escolas com esses espaços estruturados e organizados para o atendimento aos estudantes. Contudo, faz-se necessária a atuação de um profissional com formação adequada (Bibliotecário) para exercer as funções que lhe são requeridas na biblioteca escolar. Até porque a falta desse profissional tem se revelado como um dos motivos que impossibilitaria o empréstimo dos livros e o acesso dos discentes a esse espaço fora do horário acordado com os professores.

Milanesi (1986) afirma que, se não deve existir escola sem bibliotecas, também não deve existir bibliotecas sem bibliotecários, pois, sem esse profissional, as normas de funcionamento, o tratamento da informação e os serviços oferecidos pela biblioteca são instituídos sem discussão e critérios adequados. Assim, a biblioteca deixa de atender satisfatoriamente às necessidades da comunidade escolar e de criar e/ou incentivar mudanças quanto ao hábito de leitura e de pesquisa.

Figura 2– Escola com biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

É importante ressaltar que o fato de a escola possuir um espaço com excelentes condições não garante a sua boa utilização, se o profissional-gestor daquele local não compreender as concepções e as práticas que envolvem a sua boa atuação como mediador da leitura. Além disso, como afirma Montuani (2012), mesmo havendo a compreensão por parte dos auxiliares quanto às suas atribuições relativas à formação de leitores, a falta de apoio para as demandas técnicas que fazem parte do cotidiano da biblioteca escolar dificulta o desenvolvimento de atividades promotoras da leitura nesse espaço.

Fato semelhante acontece nas salas adaptadas, onde há espaços de leitura organizados e desorganizados. Entretanto, foi observado, no que concerne ao município de Codó, que o problema maior nessa adaptação é o espaço físico da escola – em muitos casos, pode-se considerar a sala de leitura como o “espaço múltiplo”, que abriga a biblioteca, a secretaria, a sala de professores, entre outros. Durante as observações, foram encontrados livros e materiais diversos que são deixados amontoados, caracterizando o espaço mais como um depósito do que como uma biblioteca. É oportuno ressaltar que algumas bibliotecas se tornam sala de aula por falta de espaço físico na escola para tal atividade. A partir de então, tornam-se salas adaptadas para se realizar alguma atividade de leitura quando estiver desocupada, o que raramente acontece, dada a precariedade de espaços construídos nas escolas públicas do estado do Maranhão.

O espaço da biblioteca escolar também pôde ser questionado. Em grande parte das escolas esse dispositivo não existe como tal, sendo substituído por salas de leitura, “cantinhos” etc. O desenho de bibliotecas nos projetos arquitetônicos das escolas é raro, inclusive quando foram projetadas como parte do edifício escolar, e a dinâmica institucional conduz ao “reaproveitamento” das bibliotecas como salas de aula, sempre que a escola pensa em expansão de matrícula. Pensar a biblioteca escolar com características físicas que transcendam a ideia de uma sala com estantes de livros não foi o denominador comum nas escolas visitadas. Pelo contrário, muitas bibliotecas se confundiam com depósitos de livros amontoados sem nenhum critério nem organização e, muitas vezes, se encontraram os livros empacotados em suas embalagens originais. Outras se reduziam a “armariotecas”; os livros se encontravam guardados em armários trancados à chave, não estando disponíveis para consulta de alunos ou professores. Em muitas bibliotecas não existiam registros dos livros em catálogos, o que implicava desconhecimento por parte da comunidade escolar sobre a quantidade e qualidade das obras de que dispunham. (PAIVA; BERENBLUN, 2009, p. 13).

Figura 3 – Escola com sala adaptada para a biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

É importante não deixar de mencionar que o espaço consagrado à biblioteca escolar é geralmente inferior ao necessário e não permite um funcionamento adequado em relação ao número de alunos. A situação varia muito de escola para escola. Foi identificado um espaço maior em certos casos em que houve apropriação de salas de aula, obtendo-se, assim, uma dimensão mais próxima da recomendada pela UNESCO para as bibliotecas escolares¹⁰. Em diversos estabelecimentos de ensino, há problemas relacionados à localização (bibliotecas afastadas dos locais por onde passam o maior número de utilizadores, edificadas em locais barulhentos, junto de cantinas, ginásios ou salas de convívio), à iluminação precária ou desproporcional (insuficiência ou excesso de luz natural) e à carência de isolamento térmico e acústico. Nota-se ainda que um elevado número de bibliotecas possui apenas um espaço em comum, não sendo possível discriminar zonas destinadas às diferentes atividades praticadas pelos utilizadores, como os espaços para a leitura individual recreativa e para o estudo, para o trabalho em grupo e para a consulta de documentos audiovisuais, tais como aquela realizada a partir de CD-ROM ou internet.

Os equipamentos disponíveis não foram e não são pensados para utilizações diversificadas. Em certos casos, as poucas bibliotecas escolares existentes possuem apenas mesas e cadeiras idênticas às das salas de aula, que não oferecem o conforto necessário ao leitor. No entanto, constata-se que um dos problemas que prejudica a formação de leitores diz respeito à não realização de empréstimos de livros, justificada pelo pequeno acervo e pelas perdas existentes. Seguem o mesmo caminho a Biblioteca Pública, o Farol da Educação e a Indústria do Conhecimento do Serviço Social da Indústria (SESI) do município de Codó, que também não realizam nenhum tipo de empréstimo.

¹⁰ CARROL, F. L.; BEILKE, P. F. *Guidelines for the Planning and Organization of School Library Resource Centers*. Paris: UNESCO, 1979.

A falta de empréstimos faz com que os leitores em potencial, por diversas vezes, não tenham acesso aos livros, tendo em vista que não possuem tempo disponível para frequentar esses espaços de leitura do município de Codó nos momentos de funcionamento, restando-lhes, como opção de leitura, o empréstimo, o qual lhes é negado, já que não podem levar o livro para lerem-no em casa, no horário livre. Como lembra o poeta Antonio Cícero: “Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la. Em cofre não se guarda coisa alguma. Em cofre perde-se a coisa à vista. Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado [...]”.

Considerando-se as escolas que não possuem bibliotecas ou salas de leitura, foram verificados quais os locais de armazenamento dos livros, tendo em vista que o Governo Federal distribui anualmente livros para as escolas pelo Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), como já foi mencionado. Segundo Paiva (2012), a política de distribuição de livros pelo PNBE já está consolidada; o problema, como já identificado pelo Tribunal de Contas da União e mencionado em seu relatório de 2002, é a não utilização dos acervos distribuídos e a necessidade de formação para os mediadores.

Como já foi dito anteriormente, esse retrato parcial buscou identificar, além da ausência de bibliotecas, quais seriam os espaços destinados aos livros da escola, uma vez que não possuem um espaço próprio ou adaptado para a biblioteca. Os locais mais comuns identificados foram estantes e armários com livros, localizados nas salas de aula, na sala da direção, na secretaria e em depósitos.

Figura 4 – Escola sem biblioteca (prateleiras e armários)



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Figura 5 - Escola sem biblioteca (estantes)



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Os livros encontrados nas escolas públicas de Codó que não possuem bibliotecas estavam geralmente em estantes, desorganizados e sem nenhum profissional responsável

por eles (vide figuras 4 e 5). Já os livros acondicionados em armários possuíam um responsável por eles, ou melhor, pela chave da porta, o que dificulta o acesso ao livro, pois os alunos não têm acesso a essa chave, e os professores, muitas vezes, não conseguem encontrar o responsável no momento em que precisam utilizá-lo. Alguns gestores justificam o guardar os livros no armário pelo cuidado com o livro, para “durar mais tempo”. Esse é um ponto de vista questionável, uma vez que um livro sem leitor pode ser comparado “[...] a um navio sem passageiros que fica para sempre atracado, que acaba por se desintegrar sob os esforços conjugados da água, do tempo, do sal e da fauna marinha [...]”¹¹ (GOULEMOT, 2011, p. 18).

De acordo com a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2002, já havia sido constatado que a falta de espaço próprio para guardar e para utilizar o acervo distribuído pelo PNBE tende a comprometer a qualidade do trabalho pedagógico das escolas. Com efeito, faz-se necessário o apoio às escolas que apresentam deficiências que podem comprometer seriamente o uso do acervo de livros, se não receberem atenção diferenciada por parte da gerência do PNBE. As figuras 6 a 11 ilustram a situação de diversos espaços destinados aos livros em algumas escolas do município de Codó, em 2012: sala de aula, sala dos professores, sala da direção, secretaria, almoxarifado e depósito. Foi observado que pouco se alterou no novo mapeamento realizado em 2016.

Figura 6 – Escola sem biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Figura 7 - Escola sem biblioteca (sala de aula)



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

¹¹ Fizemos uma pequena adaptação do texto de Goulemout (2011), que fez a comparação do navio com uma biblioteca sem leitores.

Figura 8 – Escola sem biblioteca (sala da direção)



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Figura 9 - Escola sem biblioteca (secretaria)



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Figura 10 – Escola sem biblioteca (depósito)



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Figura11 - Escola sem biblioteca (almoxarifado)



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Apesar de algumas escolas não possuírem bibliotecas, foi verificada a existência de alguns “cantos” da escola para atividades relacionadas à leitura, tais como: contação de histórias, dramatizações, leituras individuais e/ou coletivas, entre outras. Percebe-se que algumas atividades realizadas com a leitura foram identificadas como pontuais, partindo de atitudes particulares de alguns professores e/ou da gestão da escola. Não foram observadas atividades com os livros distribuídos pelo PNBE, pois, segundo os entrevistados, esses livros não estão chegando à zona rural do município de Codó. De acordo com as informações obtidas, eles ficam no depósito da prefeitura (CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento) e, muitas vezes, se perdem sem serem distribuídos para as escolas. Sobre essa situação, alguns gestores que conhecem o

programa disseram não ter condições financeiras nem transporte para buscarem os livros. Apesar disso, em algumas escolas, foram identificados livros do PNBE nas prateleiras, sendo que as caixas foram levadas, na maioria dos casos, em motos, por seus gestores. Segundo Aparecida Paiva, Coordenadora Geral da Avaliação Pedagógica do PNBE: “Antigamente, questionava-se que os alunos da escola pública não tinham acesso aos livros. Hoje, os livros chegam às bibliotecas, mas permanecem dentro das caixas”¹².

Cabe sublinhar que a precariedade das bibliotecas escolares não é apenas um problema ou um privilégio às avessas do estado do Maranhão. Conforme estudo coordenado por Campello *et al.* (2012), a precariedade nas bibliotecas escolares está presente em todo o país. O *corpus* da pesquisa para tal constatação foram 18 diagnósticos¹³ publicados, na literatura da área, durante o período de 1979 a 2011, abrangendo as regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Todos os autores pesquisados classificaram as bibliotecas escolares como: “insatisfatórias” (MADUREIRA, 1985), “precária” (QUEIROZ, 1985; MARTINS, 1983), “deficiente” (MACIEL FILHO, 2001), “caótica” (CRUZ, 1979; DUARTE, 1998), “grave e alarmante” (NASCIMENTO, 2007), “calamitosa” (PERUCCHI, 1999) e “lastimável” (MARTINS, 1983) (*apud* CAMPELLO *et al.*, 2012, p. 5-6).

Diante dos dados apresentados até aqui, pode-se afirmar que a biblioteca passou a ser uma instituição leiga e civil, pública e aberta. Entretanto, a democratização e a socialização das bibliotecas públicas atuais constituem-se numa realidade discutível, pois elas ainda são raras e apresentam peculiaridades temporais, sociais, geográficas e econômicas em cada região do país.

O Brasil tem mantido a liderança mundial na aquisição e na distribuição de livros (didáticos, literários, paradidáticos e técnicos) para as escolas por programas governamentais implementados pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Como constata Lázaro (2009), nas avaliações nacionais e internacionais a que são submetidos os alunos, estes obtêm índices de domínio da leitura incompatíveis com o investimento feito.

Uma explicação para tal fracasso pode ser, como já citado por Paiva (2012), o fato de os livros distribuídos, muitas vezes, permanecerem nas caixas fechadas, esquecidos nas prateleiras e jamais manuseados, uma vez que não há pessoas capacitadas para fazerem a mediação dos mesmos. O que se pode constatar é que os profissionais não consideram o ato de ler como um processo de significação de textos representativos de distintos gêneros textuais, entre os quais assumem importância ímpar os literários.

Vivemos num país onde os indicadores de leitura não são nada favoráveis. Por mais que estejamos avançando, os níveis de compreensão leitora ainda são baixíssimos e o número de

12 Entrevista à revista *Carta Capital* realizada no dia 13 abr. 2013.

13 Dos 18 diagnósticos feitos, sete eram artigos de periódicos; cinco, trabalhos apresentados em eventos; quatro, dissertações de mestrado; e dois eram teses de Doutorado.

leitores, idem. Daí o acesso ao livro e formação leitora (*sic*) ser um direito básico de cidadania, de inclusão social e de desenvolvimento. É nessa perspectiva que o agente de leitura deve agir. Sua ação cultural é, por excelência, uma ação social de transformação da realidade onde ele está inserido. Numa dimensão mais ampla, todo agente de leitura é um agente cultural e social. (SANTOS, 2009, p. 38).

De acordo com Silva (2003), o Brasil deve concentrar a atenção no campo das bibliotecas escolares e públicas, pois são espaços que, minimamente organizados, podem desempenhar um importante papel na elevação do nível cultural e da consciência crítica da população brasileira. Ainda segundo o autor, as informações obtidas na ou por meio da biblioteca podem se constituir em inesgotável fonte de estímulo e de inspiração para as iniciativas criadoras do leitor. Assim, o exercício da criatividade e do questionamento – somado à experiência de aprendizagem diversificada – permitirá a superação da mera reprodução do discurso dominante. Já no âmbito da escola, permite que o discente não reproduza o discurso do docente, e sim que questione e que produza outros conhecimentos.

Para que isso ocorra, a biblioteca não pode ser considerada apenas um local para se armazenar livros, mas também um espaço que promova a disseminação da informação. Um espaço dinâmico que integre diversos suportes e materiais audiovisuais, cuja atuação deve estar integrada aos objetivos e às propostas da instituição de ensino em que se insere, configurando-se, dessa maneira, como um laboratório de aprendizagem. Será, portanto, por meio desse espaço denominado biblioteca que os estudantes terão a oportunidade de conviverem com suportes de leitura, adquirindo a prática da leitura e podendo, dessa maneira, incorporar esse hábito literário em seu cotidiano.

Uma pesquisa realizada para diagnosticar os impactos e as consequências da implantação de 25 bibliotecas pelo Programa Livro Aberto no Maranhão aponta as seguintes considerações: “não basta proporcionar o acesso, é fundamental o incentivo à prática da leitura e à valorização do livro e das bibliotecas como garantia para a efetivação das políticas públicas em execução” (SILVEIRA, 2010, p. 10). Além disso, o diagnóstico revelou uma necessidade profunda de formação de mão de obra especializada nas bibliotecas públicas desse estado, pois é impossível tornar uma biblioteca atuante, dinâmica e realmente aproveitável sem o intermédio de profissionais devidamente preparados e de gestores que acreditem na importância social, cultural e educacional das bibliotecas.

Para que um profissional que atua nas bibliotecas consiga ser um mediador, ou seja, para desempenhar bem as atribuições que a ele competem, não basta ter o hábito da leitura, é necessária uma formação que possa dar suporte teórico à sua prática. Além disso, para que a biblioteca escolar seja, de fato, parte central da escola, e não apenas um apêndice, é necessário que o profissional que nela atua participe ativamente das reuniões pedagógicas, conheça o projeto político-pedagógico e seja o fio condutor de todos os movimentos que possam fazer da biblioteca um espaço plural, aberto,

onde alunos e professores possam, juntos, sentir o prazer da descoberta, das múltiplas leituras, da diversidade de informações e de opiniões.

Considerando-se, desse modo, que é na escola que as crianças, principalmente aquelas das camadas menos favoráveis, podem e devem ter acesso aos livros, deve-se pensar que a biblioteca escolar precisa funcionar como um importante instrumento no despertar e na promoção do hábito da leitura, além de ser apoio fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Campello (2012), as pesquisas sobre biblioteca escolar são escassas; “[...] em julho de 2010, incluindo não só teses e dissertações, mas também artigos publicados em revistas e anais de congressos, foi mostrada a existência de 68 trabalhos de pesquisa, cobrindo textos desde a década de 1970” (CAMPELLO, 2012, p. 142), levantamento realizado na base de dados Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar (LIBES).

Ressalta-se que, atualmente, já existem discussões quanto ao apoio de estudos científicos que forneçam evidências concretas de que a biblioteca tem influência na aprendizagem, pois, dessa forma, poderá haver a devida atenção à biblioteca escolar que, historicamente, não tem sido reconhecida, na prática, como um recurso de aprendizagem (CAMPELLO, 2012).

Um dos aspectos que se destaca como importante na evolução desse conceito é a concepção da biblioteca como um espaço que promove a disseminação da informação. Um espaço dinâmico que passa a integrar diversos suportes e materiais audiovisuais, cuja atuação deve estar integrada aos objetivos e às propostas da instituição de ensino em que se insere, configurando-se, dessa maneira, como um laboratório de aprendizagem:

A biblioteca escolar¹⁴ é uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integrante do sistema educacional e participa de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atitude científica, constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente, estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação; apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões na aula. Interage também com os pais de família e com outros agentes da comunidade. (SILVA, 1997, p. 147).

Vale ressaltar que, em 1992, a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão iniciou o “Projeto de Implantação de Bibliotecas Escolares”. O objetivo dessa proposta era implantar bibliotecas escolares na Rede Estadual de Ensino de forma sistêmica, assim como assegurar o funcionamento e a dinamização dessas bibliotecas de forma integrada com as escolas, a fim de contribuir efetivamente para o processo educativo. Entretanto, após dois anos de funcionamento do projeto, verificou-se que as bibliotecas

14 Desde a mais remota antiguidade, foram os sacerdotes os responsáveis pela guarda da sabedoria e da ciência, mas terão sido os gregos os responsáveis pela expansão das bibliotecas, atribuindo-se a Aristóteles a primeira Biblioteca Escolar, considerada a mais importante, mesmo antes da de Alexandria.

não atingiram plenamente os objetivos propostos, ou seja, a biblioteca escolar continuou esquecida, sem obter avanços e, principalmente, sem despertar, ou mesmo elevar o interesse da comunidade docente e discente. Comentando o fracasso desse projeto, Furtado (1999) aponta os seguintes motivos:

- Falta de compromisso de administrações passadas com a continuidade das atividades já desenvolvidas pelo Projeto.
- Ausência de infraestrutura – recursos materiais, humanos e financeiros – para manutenção (*sic*) das bibliotecas implantadas, especialmente no interior do estado.
- *Falta de sensibilidade, por parte dos auxiliares de bibliotecas, professores e diretores, a respeito da real importância da biblioteca escolar etc. (FURTADO, 1999, p. 61).*

Diante desse resultado, e com base na constatação de que a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão não teria condições de implantar e de manter o funcionamento satisfatório de uma biblioteca em cada escola da rede estadual de ensino (FURTADO, 1999), um novo projeto foi proposto: “Bibliotecas Farol da Educação: uma alternativa para as bibliotecas escolares”.

As bibliotecas “Farol da Educação” foram concebidas com base nas minibibliotecas de bairro – “Farol do Saber” – implantadas em 1994, na cidade de Curitiba, no Paraná, por intermédio da Secretaria de Educação daquele município. Em outros termos, o governo maranhense apropriou-se dessa experiência, que se revelou positiva naquela capital, e fez adaptações para adequá-la à realidade do estado.

Os Faróis da Educação¹⁵ começaram a ser implantadas no ano de 1997, em locais estrategicamente escolhidos, obedecendo a dois critérios básicos: primeiro, que a comunidade fosse carente de instituições de leitura; segundo, que a comunidade possuísse elevado número de escolas da rede estadual. Ressalta-se que é perceptível o antagonismo entre os critérios estabelecidos, pois, se a comunidade é carente de instituições de leitura, não é difícil que ela também seja desprovida de um elevado número de escolas públicas estaduais, tendo em vista que grande parte dos municípios do estado abriga poucas escolas dessa rede.

Nesse contexto, considera-se relevante apontar para a importância dos “Faróis da Educação do Maranhão” – que, na maioria dos municípios, são o único espaço destinado à leitura – como forma expressiva e real de se ocupar o lugar da biblioteca escolar e da biblioteca pública, para que a prática da leitura aconteça nesses espaços. Não obstante, faz-se necessário, para favorecer tal propósito, que se estabeleça uma parceria entre o poder público e os profissionais que ali atuam, principalmente o bibliotecário e o professor, pois ambos são educadores e devem se preocupar em conferir aos estudantes uma escolarização de boa qualidade.

15 O Maranhão possui 117 “Faróis” implantados nas 19 Unidades Regionais de Educação (URE) do estado.

Reconhecer a importância da biblioteca para o futuro dos cidadãos é reconhecer que a distribuição equitativa da leitura é condição para uma plena democracia cultural (SOARES, 2004). É necessário que os espaços públicos de leitura não se tornem apenas lugares físicos, mas que permitam uma relação social capaz de conferir visibilidade ao mundo no qual os indivíduos se constituem em sujeito e ao mundo em significado, em que agentes sociais, dotados dos mais diferentes recursos e a partir dos mais diversos lugares, disputam a hegemonia dos movimentos intersubjetivos que dão ordem à desordem do mundo.

Referências

- BATISTA, Aline Herbstrith. **Conceitos e critérios para a qualificação de obras raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas**. Dissertação (Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- BATTLES, Mathew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.
- CAMPELLO, Bernadete. **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990b.
- _____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves. Impressos e cultura escolar: a formação dos leitores e a composição de espaços públicos. In: CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Leitura, impressos e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010.
- CRUZ, Vilma A. Gimenes da; WELFENS, Irma A. I. Lorenzo. Avaliação das bibliotecas escolares de 1º grau da cidade de Londrina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., 1979, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. p. 841-851. v. 2.
- DUARTE, Emeide Nóbrega et al. Bibliotecas escolares no município de João Pessoa - Paraíba: diagnóstico. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 80-105, 1998. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/326/1/v8_n1_1998_8.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.
- FURTADO, Cássia Cordeiro. **Farol da Educação: uma alternativa para bibliotecas escolares do Maranhão**. 1999. Disponível em: <http://www.gebe.eci.ufmg.br/downloads/109.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

GOULEMOT, Jean Marie. **O amor às bibliotecas**. São Paulo: Unesp, 2011.

LÁZARO, André. Prefácio. In: SANTOS, Fabiano dos; NETO, José Castilho Marques; ROSING, Tania M. K. (Orgs.). **Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores**. São Paulo: Global, 2009. p. 9-11.

MACIEL FILHO, Adalberto; AQUINO, Miriam Cunha. As bibliotecas escolares e públicas dos municípios mais industrializados de Pernambuco: uma visão comparativa. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 17, n. 2, p. 295-312, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/licitacao/bibliotecasescolares.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

MADUREIRA, Maria Aparecida Ehlke. **A biblioteca escolar na rede estadual de ensino de 1º grau do Paraná: diagnóstico e avaliação**. 132 f. 1985. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Departamento de Pós-graduação em Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campinas, 1985.

MARINHO, Raimunda Ramos. Luzes, leitura e biblioteca na Província do Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008. **Anais...** São Paulo: - ENANCIB. v. 1.

MARTINS, Maria da Glória. **Bibliotecas escolares de João Pessoa: um estudo contrastivo a nível de escolas públicas e particulares**. 79 f. 1983. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Curso de Mestrado em Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1983.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 1996.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MONTUANI, Daniela. Acervos de literatura chegam na escola? In: PAIVA, Aparecida (Org.). **Literatura fora da caixa: o PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura**. São Paulo: UNESP, 2012.

NASCIMENTO, Aline Mendes; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. Retrato das bibliotecas escolares da Rede Estadual de Ensino do Município de Ribeirão Preto - SP. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/viewFile/1496/1157>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andrea. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - uma avaliação diagnóstica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED: 30 ANOS DE PESQUISA E COMPROMISSO SOCIAL, 30., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2007.

PAIVA, Aparecida (Org.). **Literatura fora da caixa: o PNBE na escola: distribuição, circulação e leitura**. São Paulo: UNESP, 2012.

PERUCCHI, Valmira. A importância da Biblioteca nas Escolas Públicas Municipais de Criciúma – Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 80-97, 1999.

QUEIROZ, Raimunda Augusta de. **Recursos de biblioteca das escolas de 1º e 2º graus da rede de ensino da região da Grande Vitória**: diagnóstico da situação. 134 f. 1985. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

RODRIGUEZ, Adalberto Dielhl. **A biblioteca Pública no discurso científico**: positividade ao longo da década (2001-2010). Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Fabiano dos. Agentes de leitura: inclusão social e cidadania cultural. In: SANTOS, Fabiano dos; NETO, José Castilho Marques; ROSING, Tania M. K. (Orgs.). **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.

SANTOS, Machado Josiel. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan./jun. 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SILVA, Santuza. **Práticas e possibilidades de leitura na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVEIRA, Marla de Ribamar Silva. As novas bibliotecas públicas do Maranhão: diagnóstico das bibliotecas públicas municipais implantadas pelo Programa Livro. **Revista Digital Sapiencia**, v. 1, n. 1, ago. 2010. Disponível em: <http://revistasapiencia.inf.br/edicao1/arquivos/marla-09.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SOARES, Magda Becker. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, Aparecida et al. (Orgs.). **Democratizando a leitura**: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública Brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa; Brasília: INL, 1980.

Recebido em 10/08/2016
Aprovado em 28/11/2016